

ATA NÚMERO 24/XIII (1.ª) SL
26 de abril de 2016 – 15h00

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 4, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para apreciação da política geral do Ministério, nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h

5. [Projeto de lei n.º 38/XIII \(1.ª\), BE, Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências - PACC](#)

- Discussão e votação na especialidade

6. [Projeto de Lei n.º 46/XIII \(1.ª\), PCP, Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos](#)

- Discussão e votação na especialidade

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

03 de maio de 2016

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

O Presidente informou que a ata da reunião anterior, de 19 de abril, seria distribuída para apreciação na reunião de 3 de maio.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Falta de regulamentação das leis

O Presidente da Comissão realçou que tinham sido recebidas respostas (distribuídas a todos os Deputados) do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos sobre os efeitos da falta de regulamentação das leis da área da Ciência e que iria ser solicitado ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Especial que se pronunciasse sobre a situação.

Acrescentou que se aguardava a resposta da Confederações de Pais em relação à falta de regulamentação das leis da Educação, para depois se questionar o Ministro da Educação sobre a matéria.

3.2. Baixa de Projetos de Lei e Projetos de Resolução sobre o *Número de alunos por turma*

O Presidente da Comissão referiu que tinham sido discutidas no Plenário as iniciativas abaixo referidas, tendo baixado à Comissão, sem votação, para apreciação por um período de 90 dias, tendo solicitado que fossem indicadas as diligências que pretendiam que fossem desenvolvidas e referido a lista de entidades a quem os serviços tinham proposto que fosse pedido parecer. Os Deputados informaram que fariam a indicação posteriormente.

- [Projeto de lei n.º 16/XIII \(1.ª\)](#) (Os Verdes) — Estipula o número máximo de alunos por turma
- [Projeto de lei n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem

- [Projeto de lei n.º 154/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário
- [Projeto de resolução n.º 213/XIII \(1.ª\)](#) (CDS-PP) — Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas
- [Projeto de resolução n.º 216/XIII \(1.ª\)](#) (PS) — Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma
- [Projeto de resolução n.º 217/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Medidas para a promoção do sucesso escolar

3.3. Pedido do Ministro da Educação de alteração data 4.ª audição regimental

Indicou depois que o Ministro da Educação tinha comunicado a sua indisponibilidade para vir à 4.ª audição regimental em 12 de julho, pelo que lhe tinha sido solicitado que propusesse uma data alternativa.

3.4. Pedidos de audiência

Por último, foi referenciada a receção de 2 pedidos de audiência, tendo os mesmos sido distribuídos nos termos seguintes:

1. Das professoras Maria de Fátima Marques Carvalho, Maria José da Silva Fernandes Carvalho e Alexandrina Maria Dinis Vasconcelos, sobre o regime de aposentação dos educadores de infância e professores do Professoras do 1º Ciclo do Ensino Básico – distribuída ao PS, que indicará posteriormente o Deputado que presidirá à audiência;
2. Do professor Samuel Pereira, sobre a situação anómala dos professores de Mecânica – distribuída ao PCP, tendo sido indicada para presidir à reunião a Deputada Ana Virgínia Pereira.

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para apreciação da política geral do Ministério, nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h

Dando início à audição, o Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e à respetiva Secretária de Estado.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Margarida Mano (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), tendo, em síntese, sido referido que a Ciência estava no centro do Plano de Reformas, pedidas indicações sobre a estratégia, modelos de colaboração e prioridades, questionado o financiamento das instituições de ensino superior, as medidas para resolver desequilíbrios

entre as mesmas, as cativações, os concursos especiais para acesso ao ensino superior, a precariedade dos bolseiros de investigação, o inquérito respeitante à alteração das bolsas para contratos, as alterações nos cursos técnicos superiores profissionais, os reforços orçamentais para reposições salariais, bem como manifestada discordância em relação ao regime fundacional e ao aumento das taxas e emolumentos e pedida indicação das diligências para contratação de bolseiros.

Os membros do Governo responderam após cada uma das intervenções, tendo dado indicações sobre o investimento em várias áreas da Ciência, indicado a estratégia de unir instituições de ensino superior, reforçar o financiamento e diferenciar as suas fontes, informado que as cativações estavam anuladas e que estavam a equacionar as contratações, realçado o aumento de 4% na ação social no Orçamento de 2016, a adoção de medidas para maior acesso dos jovens ao ensino superior e feito uma avaliação positiva do regime fundacional.

Na segunda ronda de perguntas intervieram os Senhores Deputados Elza Pais (PS), Nilza de Sena (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo, em síntese, sido realçada a reimplantação da concertação com a comunidade científica e académica e o reforço do emprego científico, solicitada informação sobre as medidas a adotar para atração de investigadores e desburocratização, transferência de conhecimento para o setor privado, a nova modalidade de apoio social na Universidade de Coimbra, a troca de trabalho, a manutenção ou não das bolsas de mérito e do regime de empréstimos para os alunos do ensino superior, as alterações previstas para o Programa +Superior, as medidas a adotar na ação social indireta e os critérios de transição dos bolseiros para contratos.

Os membros do Governo responderam após cada uma das intervenções, tendo defendido uma política de Ciência aberta, com programas mobilizadores, a preparação de um programa de desburocratização, para consulta, o desafio de maior qualificação, uma escola mais inclusiva, o aumento da ação social, a presença de mais famílias no ensino superior, a investigação do apoio na Universidade de Coimbra, o financiamento do Programa +Superior, a autonomia das instituições a nível de propinas, com responsabilização e o diálogo com as instituições. Indicaram ainda que a ação social indireta é da responsabilidade das instituições, esclareceram que a contratação de investigadores pós-doc não é uma conversão e realçaram o objetivo de criação de condições de confiança aos mais jovens.

Intervieram na terceira ronda, na primeira parte, os Senhores Deputados Maria Augusta Santos (PS), Margarida Mano (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP), Laura Magalhães (PSD), André Pinotes (PS) e Manuela Tender (PSD), tendo pedido indicação das estratégias a desenvolver para aumento da percentagem dos diplomados com ensino superior, informação sobre as verbas cativas, diferença de valores das propinas entre universidades e entre escolas da mesma universidade, relação entre a abertura de vagas no ensino superior e a empregabilidade, hipótese de alargamento do período transitório para

conclusão do doutoramento dos docentes do ensino politécnico, a integração na carreira, a contratação de docentes e a valorização dos Laboratórios do Estado.

Solicitaram ainda indicação das medidas a adotar no âmbito do apoio através de bolsas, nomeadamente, no Programa +Superior e na regularização das bolsas em atraso, do papel dos institutos politécnicos, bem como das instituições de ensino superior nos territórios de baixa densidade populacional, integrado em estratégias de desenvolvimento regional e da investigação aplicada.

Os membros do Governo responderam em bloco, tendo referido que o regime transitório dos docentes do ensino politécnico era preocupante e que mantinham diálogo com os sindicatos e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, garantindo o contrato para os que já terminaram o doutoramento e defendendo a necessidade de resolver os problemas pontuais. Informaram que estavam a fazer a avaliação dos Laboratórios do Estado caso a caso, em 1.º lugar na saúde, com o Instituto Ricardo Jorge, das escolas agrárias e do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, para transformação como unidades de investigação e no âmbito da meteorologia e do mar.

Prestaram informação sobre as cativações no âmbito do Ministério das Finanças e da Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), defenderam o reforço dos Laboratórios Associados e indicaram que um Grupo de Trabalho estava a rever a avaliação dos mesmos pela FCT. Realçaram a necessidade de reforço da relação de confiança nos institutos superiores politécnicos, enfatizaram a partilha de conhecimento e indicaram a realização de campanhas de sensibilização no âmbito da propriedade intelectual.

Na segunda parte usaram da palavra os Senhores Deputados Odete João (PS), Nilza de Sena (PSD), Joana Mortágua (BE), Germana Rocha (PSD), Susana Amador (PS), Duarte Marques (PSD), Carla Cruz (PCP) e Amadeu Albergaria (PSD), tendo equacionado as medidas de promoção do ensino experimental no ensino secundário, a inserção regional dos institutos superiores politécnicos e o programa da sua valorização, os resultados dos recursos da avaliação das unidades de investigação em 2014, a resposta do ensino superior aos alunos com necessidades educativas especiais, o reforço do ensino experimental e a ligação à Ciência Viva e aos Laboratórios do Estado, a alternativa ao Programa Retomar e o aumento das taxas para as provas de doutoramento nas Universidades em regime de fundação.

Os membros do Governo responderam em bloco, referindo a necessidade de um esforço acelerado na qualificação da população, de se alargar a base social do ensino superior, de reforçar as formações curtas, de valorizar o ensino profissional, de uma agência de acreditação credível, de reforçar o ensino experimental nas ciências nos ensinos básico e secundário, de ativar os financiamentos do Fundo Social Europeu para o Programa +Superior e de reforçar as

instituições de ensino superior, defendendo que a qualificação tem de ser um esforço de todos.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

5. Projeto de lei n.º 38/XIII (1.ª), BE, Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências - PACC

Foram feitas intervenções pelos Senhores Deputados Nilza de Sena e Amadeu Soares de Albergaria (PSD), Odete João (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), justificando as respetivas iniciativas e propostas, bem como o sentido de voto, procedendo-se de seguida à votação conjunta dos projetos de lei n.ºs 38 e 46 e das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS.

O relatório de votação, o texto final e a gravação da reunião estão disponíveis nas duas iniciativas.

6. Projeto de Lei n.º 46/XIII (1.ª), PCP, Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos

Este projeto de lei foi votado em conjunto com o do ponto anterior.

7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

8. Data da próxima reunião

03 de maio de 2016

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 30 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 11 de maio de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
Carla Cruz
Cristóvão Crespo
Diana Ferreira
Duarte Marques
Elza Pais
Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista